

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

Isa Stephanie Barbosa dos Santos

Invisible Battalion e as Bruxas da Noite contemporâneas: gênero, guerra e memória digital
nas Relações Internacionais

Recife
2025

Isa Stephanie Barbosa dos Santos

Invisible Battalion e as Bruxas da Noite contemporâneas: gênero, guerra e memória digital
nas Relações Internacionais

Artigo acadêmico apresentado como requisito para obtenção do grau de bacharel.
Curso de Relações Internacionais
Faculdade Damas da Instrução Cristã
Orientadora: Dra. Prof. Maria Eduarda Antonino Vieira.

Recife
2025

Catalogação na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

Santos, Isa Stephanie Barbosa dos.

S237i *Invisible Battalion* e as Bruxas da Noite contemporâneas: gênero, guerra e memória digital nas Relações Internacionais / Isa Stephanie Barbosa dos Santos. – Recife, 2025.

39 f. : il. color

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Eduarda Antonino Vieira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2025.
Inclui bibliografia.

1. *Invisible Battalion*. 2. Gênero e guerra. 3. Arquivo insurgente digital. 4. Memória e conflito. 5. Etnografia digital. 6. Relações internacionais. I. Vieira, Maria Eduarda Antonino. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2025.2-008)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 FEMINISMO, MEMÓRIA E ARQUIVO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
2.1 A crítica feminista às Relações Internacionais	12
2.2 Memória, arquivo e silenciamento	17
2.3 Epistemologias insurgentes	19
2.4 Cultura digital e guerra	20
3 HISTÓRIA DO <i>INVISIBLE BATTALION</i>	22
4 DISPUTAS DE MEMÓRIA E GÊNERO: ANÁLISE DAS NARRATIVAS DO <i>INVISIBLE BATTALION</i>	24
4.1 Cenas de enunciação da guerra: o <i>ethos</i> das combatentes nas postagens do <i>Invisible Battalion</i>	25
5 CONCLUSÃO	37
6 REFERÊNCIA	40

Invisible Battalion e as Bruxas da Noite contemporâneas: gênero, guerra e memória digital nas Relações Internacionais

Isa Stephanie Barbosa dos Santos

¹(Graduanda)

Dra. Prof. Maria Eduarda Antonino
Vieira²

RESUMO: Este trabalho analisa como o coletivo ucraniano Invisible Battalion disputa a memória histórica e a visibilidade das mulheres combatentes no campo das Relações Internacionais a partir da produção de um arquivo insurgente digital. Ao articular referencial feminista, estudos de memória e teorias do arquivo, a pesquisa investiga como o gênero estrutura regimes de visibilidade, legitimidade e enunciação sobre a guerra, evidenciando que a participação feminina, historicamente silenciada, é central para compreender os conflitos contemporâneos. Metodologicamente, a combinação entre etnografia digital e análise crítica do discurso permitiu examinar postagens, relatórios e campanhas produzidas pelo coletivo, observando como suas narrativas performam identidades complexas, denunciam desigualdades institucionais e produzem conhecimento político sobre o conflito ucraniano. Os resultados indicam que o Invisible Battalion opera simultaneamente em dois registros: como contra-arquivo que desafia a exclusão histórica das combatentes e como ator institucional que dialoga com agendas internacionais, como a Resolução 1325 da ONU, tensionando os limites entre insurgência e institucionalização. As imagens e enunciados analisados mostram que as combatentes se apresentam não apenas como sujeitas bélicas, mas como produtoras de memória, agentes epistêmicas e participantes da governança internacional da segurança. Assim, a pesquisa demonstra que disputar a memória é disputar também o sentido da guerra, evidenciando que arquivos insurgentes digitais reconfiguram as fronteiras do dizível no campo das Relações Internacionais e ampliam a compreensão sobre gênero, poder e legitimidade em contextos de conflito armado.

Palavras-chave: *Invisible Battalion; gênero e guerra; arquivo insurgente digital; memória e conflito; etnografia digital; Relações Internacionais.*

¹ lsastephaniebs@gmail.com

² Formação: Mestra em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais (UFPE) e Doutora em Sociologia (UFPE). Email: dudaantonino@gmail.com

ABSTRACT: This research examines how the Ukrainian collective Invisible Battalion challenges dominant narratives of war and military memory in International Relations through the creation of a digital insurgent archive. Drawing on feminist theory, memory studies and archival critique, the study explores how gender structures regimes of visibility, legitimacy and political discourse, revealing that women's participation—often erased from official accounts—is essential for understanding contemporary armed conflicts. Methodologically, the work combines digital ethnography with critical discourse analysis to assess social media posts, reports and advocacy materials produced by the collective, highlighting how their narratives perform complex identities, expose institutional inequalities and generate political knowledge about the Ukrainian war. The findings show that Invisible Battalion operates in dual registers: as a counter-archive resisting the historical erasure of women combatants, and as an institutional actor engaging with international frameworks such as UN Security Council Resolution 1325, thereby negotiating the tensions between insurgency and institutionalization. The visual and discursive practices analyzed demonstrate that combatants position themselves not only as military agents but also as memory producers, epistemic authorities and legitimate actors within global security governance. The study concludes that contesting memory is also contesting the meaning of war, as digital insurgent archives expand the epistemological and political boundaries of what can be said, seen, and known within International Relations.

Keywords: Invisible Battalion; gender and war; digital insurgent archive; memory and conflict; digital ethnography; International Relations.

1 - INTRODUÇÃO

A presença feminina em conflitos armados, ainda que constante ao longo da história, segue invisibilizada nas narrativas oficiais e, em particular, nas abordagens predominantes das Relações Internacionais. Desde as combatentes soviéticas conhecidas como “Bruxas da Noite”³, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), até as mulheres que integram forças insurgentes contemporâneas em diferentes partes do mundo, a experiência feminina nas guerras raramente é registrada como central para a compreensão da política internacional. A historiografia dominante, moldada por perspectivas masculinas e ocidentais, construiu uma memória seletiva que privilegia as figuras de generais, líderes políticos e combatentes homens, relegando às mulheres papéis de coadjuvantes, vítimas ou símbolos (ENLOE, 1990).

Apesar de dados amplamente divulgados sobre a violência sexual em contextos de guerra, estima-se que dezenas ou mesmo centenas de milhares de mulheres tenham sido estupradas durante conflitos como os de Ruanda (1990-1994), Bósnia (1992-1995) e República Democrática do Congo (1996-1997, 1998-2003), pouco se sabe sobre aquelas que também empunharam armas, planejaram estratégias, organizaram redes de abastecimento e assumiram papéis de comando⁴. Essa assimetria narrativa revela como a chave interpretativa da “vítima” se tornou dominante na representação das mulheres em contextos bélicos, obscurecendo outras formas de agência política e resistência (ENLOE, 2014; COHN, 2013; SYLVESTER, 2002).

No século XXI, com a intensificação dos conflitos no Oriente Médio, no Leste Europeu e em outras regiões, a participação feminina voltou a se tornar visível em certas arenas, sobretudo na mídia internacional. Contudo, essa visibilidade é frequentemente marcada por estereótipos dicotômicos, a mulher como “heroína” ou “mártir”, por um lado, como “vítima

³ As “Bruxas da Noite” (*Nachthexen*, em alemão) foram um destacamento feminino da Força Aérea Soviética (o 588º Regimento de Bombardeio Noturno), formado exclusivamente por mulheres durante a Segunda Guerra Mundial. Criadas em 1942 por iniciativa de Marina Raskova, as aviadoras pilotavam biplanos leves de madeira e lona, geralmente modelos *Polikarpov Po-2*, em missões noturnas contra as tropas nazistas. Voavam em silêncio, cortando os motores antes de se aproximar dos alvos para não serem detectadas, o que lhes rendeu o apelido de “bruxas” pelos soldados alemães. Apesar das condições precárias e do alto risco, realizaram mais de 23 mil missões e tornaram-se símbolo de resistência e coragem feminina na guerra (NOGUEIRA, 2019).

⁴ Segundo estimativas das Nações Unidas, entre 100 mil e 250 mil mulheres foram estupradas durante o genocídio de Ruanda em 1994 (UNITED NATIONS, *Rwanda Genocide Outreach Programme*), entre 20 mil e 50 mil durante a Guerra da Bósnia (1992-1995) (UNITED NATIONS, *Sexual Violence: A Tool of War*; ICTY), e pelo menos 200 mil sobreviventes de violência sexual foram registrados ao longo de décadas de conflito na República Democrática do Congo (UNITED NATIONS, *Conflict-Related Sexual Violence – Report of the Secretary-General*, 2023; UNIFEED, 2023).

passiva”, por outro. Esse enquadramento dificulta o reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos e políticos plenos, com complexidade e contradições. O caso das combatentes curdas na linha de frente contra o autodenominado Estado Islâmico (ISIS) ilustra a persistente dicotomia na representação das mulheres em contextos de guerra⁵. Um exemplo emblemático é o de Asia Ramazan Antar, combatente curda amplamente divulgada pela mídia internacional como a “Angelina Jolie curda”. Morta em combate contra militantes do grupo, Asia foi celebrada como “heroína” após supostamente detonar explosivos que resultaram em sua morte e na de cerca de treze combatentes do ISIS. No entanto, a cobertura jornalística acabou enfatizando sua aparência física, reduzindo seu legado à dimensão estética em detrimento de sua atuação política e militar (DAILY MAIL, 2016).

Na guerra da Ucrânia, iniciada em 2014 com a anexação da Crimeia pela Rússia e intensificada pela invasão em larga escala em 2022, evidencia-se de forma exemplar essa disputa de narrativas. Desde os primeiros confrontos, milhares de mulheres ucranianas passaram a integrar as Forças Armadas, milícias voluntárias e organizações de apoio logístico. Apesar disso, a participação feminina foi inicialmente ignorada pelo Estado e por organismos internacionais, tanto em termos de reconhecimento oficial quanto de direitos. Esse cenário motivou a formação do *Invisible Battalion*, um projeto de *advocacy* e pesquisa criado em 2015 por combatentes, acadêmicas e ativistas ucranianas, com o propósito de documentar e tornar visível a participação das mulheres nas Forças Armadas da Ucrânia, denunciar as desigualdades de gênero e reivindicar reconhecimento político, jurídico e social (INVISIBLE BATTALION, 2015).

O *Invisible Battalion* se constituiu como um arquivo insurgente digital, expressão que designa iniciativas coletivas de produção e preservação de memória voltadas a contestar os regimes hegemônicos de visibilidade e autoridade arquivística (CASWELL, 2014; HARRIS, 2017). Esses arquivos insurgentes emergem de grupos subalternizados que, ao criar e difundir seus próprios registros, desestabilizam o monopólio estatal, patriarcal e militar sobre a história. No caso ucraniano, o coletivo atua por meio de relatórios, campanhas de *advocacy*, postagens em redes sociais e colaborações com organizações internacionais, inscrevendo a experiência

⁵ O Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS, na sigla em inglês), também conhecido como Daesh, é uma organização jihadista sunita surgida a partir da Al-Qaeda no Iraque, em 2006. Tornou-se notória pela ocupação territorial no Oriente Médio entre 2014 e 2019, por práticas extremistas e por crimes de guerra e de gênero, incluindo o sequestro e a escravização sexual de mulheres yazidis e curdas (UNITED NATIONS, 2016; AMNESTY INTERNATIONAL, 2014).

das mulheres combatentes em espaços tradicionalmente reservados às narrativas masculinas da guerra.

A memória digital construída pelo grupo, entretanto, não é isenta de tensões, ao mesmo tempo em que rompe o silêncio institucional sobre a participação feminina, pode ser cooptada por discursos humanitários ou midiáticos que enquadram essas mulheres em estereótipos de heroínas, mártires ou vítimas, reafirmando, sob novas formas, a hierarquia simbólica que o próprio arquivo busca subverter. Além disso, essa memória insurgente é produzida e circula em plataformas digitais privadas, como Instagram, Facebook e outras infraestruturas corporativas, cujas lógicas comerciais, algoritmos e regimes de moderação podem limitar, silenciar ou apagar conteúdos sempre que não se alinhem às políticas empresariais ou à conveniência política do momento. Isso torna a visibilidade conquistada pelas combatentes simultaneamente possível e precária, pois depende de ecossistemas digitais que não garantem preservação, continuidade ou neutralidade (VAN DIJCK, 2013).

Diante desse cenário, este trabalho se propõe a analisar a seguinte pergunta de pesquisa: **Como o *Invisible Battalion* disputa as narrativas de guerra e memória histórica no campo das Relações Internacionais e quais efeitos essa produção digital tem sobre a visibilidade das mulheres combatentes?** Este trabalho se insere no campo das Relações Internacionais ao examinar como disputas de memória digital em contextos de guerra, como a da Ucrânia, desafiam narrativas hegemônicas sobre segurança e conflito armado. Enquanto a disciplina tradicionalmente privilegia Estados, diplomacia e estratégias militares masculinizadas (ENLOE, 2014), o *Invisible Battalion* revela como vozes femininas insurgentes reconfiguram debates sobre gênero, poder e legitimidade internacional, conectando o local (Ucrânia) ao global (ONU, OTAN e mídia internacional). Para alcançar esse propósito, propõe-se mapear sua atuação em redes sociais e documentos institucionais desde a fundação do grupo, examinando os discursos produzidos, em postagens, relatórios e campanhas, e a forma como as integrantes do coletivo performam discursivamente a identidade das mulheres combatentes, tensionando as fronteiras entre feminilidade, militarização e cidadania.

A revisão bibliográfica realizada considera o período compreendido entre o ano de 2022 e 2025, mapeando artigos e relatórios recentes dedicados à análise da participação feminina em guerras contemporâneas, à construção de memória digital e à representação das combatentes ucranianas na mídia e nas Relações Internacionais. O levantamento foi conduzido em diferentes bases de pesquisa e periódicos especializados em gênero e segurança internacional, a partir das combinações de descritores “*Invisible Battalion*”, “*women*

combatants Ukraine”, “*digital memory / insurgent archive*” e “*gender and war narratives*”. Esse conjunto revelou três eixos de produção predominantes: (1) os estudos empíricos sobre o *Invisible Battalion* como iniciativa de *advocacy* e de reforma institucional no Exército ucraniano; (2) as análises feministas da mídia que denunciam o enquadramento dicotômico das mulheres como heroínas ou vítimas; e (3) a emergência da categoria *arquivo insurgente digital* como ferramenta conceitual para compreender práticas de resistência e curadoria de memória em contextos de guerra.

A revisão bibliográfica evidencia, portanto, que, embora haja avanços significativos na compreensão das relações entre gênero, guerra e memória, especialmente com o fortalecimento de análises empíricas e conceituais sobre o *Invisible Battalion*, ainda persiste uma lacuna quanto à investigação de suas estratégias discursivas e performativas no ambiente digital. É justamente nesse ponto que se insere a presente pesquisa, cuja relevância se manifesta em três dimensões complementares. Em primeiro lugar, no plano teórico, busca-se reforçar a centralidade da memória e do gênero nos estudos de guerra em Relações Internacionais, expandindo a crítica feminista às estruturas de poder que determinam “quem deve ser lembrado” e de que forma.

Em segundo lugar, no plano metodológico, a pesquisa propõe a análise do *Invisible Battalion* como um exemplo de *arquivo insurgente digital*, abordagem que permite compreender as formas contemporâneas de resistência e produção de memória em contextos de conflito. Por fim, no plano político, o estudo contribui para discutir como a narrativa construída pelo coletivo sobre a experiência das mulheres combatentes ucranianas tensiona representações hegemônicas da guerra e influência debates internacionais sobre segurança, igualdade de gênero e legitimidade da ação militar.

Metodologicamente, a pesquisa combina etnografia digital e análise do discurso, articulando observação sistemática e interpretação discursiva em um mesmo percurso analítico. A etnografia digital, conforme propõe Christine Hine (2000, 2015), compreende o ambiente *online* não apenas como espaço de coleta de dados, mas como campo social e relacional, no qual se constroem sentidos, práticas e identidades. A partir dessa perspectiva, realiza-se o monitoramento dos perfis oficiais do *Invisible Battalion* no Instagram, bem como o levantamento de relatórios, campanhas e hashtags vinculadas ao coletivo. Originalmente, o recorte temporal da etnografia digital previa a análise das publicações realizadas entre 2022 e 2025, período marcado pela intensificação do conflito entre Rússia e Ucrânia e pela consequente ampliação da presença pública do *Invisible Battalion*. Contudo, ao avançar na

coleta de dados, verificou-se que o volume de postagens recentes não era suficiente para sustentar uma análise discursiva robusta. Diante disso, tornou-se necessário estender o recorte temporal para incluir publicações anteriores a 2022, incorporando materiais produzidos a partir de 2018.

Em diálogo com essa abordagem, a análise do discurso, fundamentada na tradição francesa de Dominique Mangueneau (2005, 2008, 2020), entende o discurso como prática social situada em uma cena de enunciação, onde os sujeitos se inscrevem e produzem efeitos de sentido. Essa perspectiva permite examinar como o coletivo constrói um *ethos* discursivo, uma imagem de si que sustenta sua legitimidade e autoridade de fala, e como mobiliza identidades discursivas (“heroína”, “vítima”, “guerreira”) na disputa pela memória histórica da guerra.

A estrutura do trabalho organiza-se em quatro seções articuladas, a primeira discute o referencial teórico, integrando aportes do feminismo nas Relações Internacionais, dos estudos de memória e arquivo e das epistemologias insurgentes, situando essas perspectivas no contexto da cultura digital e dos conflitos armados. A segunda seção dedica-se à trajetória e à história do movimento *Invisible Battalion*, compreendido como um arquivo insurgente que desafia representações tradicionais sobre mulheres na guerra e inaugura novas formas de ação política e de produção de memória. A terceira apresenta os caminhos metodológicos adotados, com ênfase na etnografia digital e na análise do discurso, e desenvolve a análise das narrativas e categorias discursivas mobilizadas pelo coletivo em suas redes sociais e documentos institucionais. Por fim, a quarta seção reúne as conclusões, sintetizando os principais resultados e destacando as contribuições teóricas, metodológicas e políticas da pesquisa

Assim, este trabalho busca contribuir para ampliar a compreensão sobre a relação entre gênero, guerra e memória nas Relações Internacionais, explorando como coletivos insurgentes como o *Invisible Battalion* desafiam as narrativas dominantes e inscrevem novas vozes no arquivo global da guerra. Objetivo Geral: Analisar como o *Invisible Battalion* disputa a memória histórica e a visibilidade das mulheres combatentes ucranianas, observando os efeitos dessa atuação nas narrativas e representações das Relações Internacionais. Objetivos Específicos: 1. discutir a invisibilidade histórica das mulheres nas guerras e nas teorias das Relações Internacionais, 2. revisar os conceitos de memória, arquivo e insurgência digital à luz da produção do *Invisible Battalion*, 3. examinar as narrativas do coletivo no Instagram, relatórios e campanhas, identificando suas estratégias discursivas e performativas.

2 - FEMINISMO, MEMÓRIA E ARQUIVO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A crítica feminista às Relações Internacionais emerge da constatação de que o campo, tal como se institucionalizou ao longo do século XX, repousa sobre fundamentos epistemológicos que naturalizaram a masculinidade como medida da racionalidade, da soberania e do poder. Longe de ser apenas uma ausência quantitativa de mulheres na história, trata-se de uma exclusão estrutural inscrita nas próprias categorias analíticas da disciplina. Desde os anos 1980, autoras como Cynthia Enloe (1989), Carole Pateman (1988) e J. Ann Tickner (1992) vêm desvelando os modos pelos quais as teorias e práticas internacionais foram moldadas por uma visão androcêntrica do mundo, que associa o político ao público, o público ao masculino e o masculino ao universal. A crítica feminista, nesse sentido, não busca apenas “incluir as mulheres”, mas reformular as bases de conhecimento das Relações Internacionais, interrogando os pactos epistemológicos e simbólicos que sustentam o que é considerado racional, legítimo e visível no sistema internacional.

2.1 A crítica feminista às Relações Internacionais

A disciplina das Relações Internacionais consolidou-se, desde o início do século XX, a partir de uma epistemologia profundamente androcêntrica e eurocêntrica, que definiu o “internacional” como domínio da racionalidade estatal, da guerra e da diplomacia formal, espaços historicamente masculinizados. Essa tradição teórica foi sustentada por uma série de suposições naturalizadas, a de que os homens agem de modo racional e objetivo, enquanto as mulheres seriam guiadas pela emoção e pela subjetividade; a de que a esfera pública da política e da guerra pertence aos homens, e a privada, do cuidado e da reprodução, às mulheres; e, ainda, a de que a história internacional é feita por estadistas, generais e diplomatas, enquanto às mulheres caberia apenas acompanhá-los, de preferência, ao seu lado, em silêncio.

Como observa Cynthia Enloe, teórica feminista, “*as Relações Internacionais foram construídas sobre a suposição de que os homens fazem a história e as mulheres a acompanham*” (2014, p. 3). Essa crítica feminista às RI é essencial para compreender o *Invisible Battalion*, pois o coletivo evidencia como a guerra na Ucrânia, um conflito internacional envolvendo anexação territorial, sanções globais e alianças como a OTAN, reproduz hierarquias de gênero que marginalizam mulheres combatentes, desafiando a visão androcêntrica da disciplina sobre soberania e segurança (TICKNER, 1992). Em *Bananas, Beaches and Bases* (2014), a autora subverte a fronteira entre o público e o privado ao mostrar que a política internacional depende de relações de gênero aparentemente triviais, o trabalho

das esposas de diplomatas, das empregadas domésticas migrantes, das trabalhadoras das zonas francas. Esses espaços, relegados à invisibilidade, compõem o que Enloe denomina a “infraestrutura invisível” do poder global, uma rede de afetos, corpos e trabalhos femininos que sustenta as hierarquias coloniais e patriarcais do sistema internacional.

Essa crítica ecoa a de Carole Pateman (1988), para quem o contrato social moderno é sustentado por um “contrato sexual” (1988) implícito, que naturaliza a dominação masculina e a exclusão das mulheres do espaço da cidadania plena. Ao desvendar o fundamento patriarcal da própria ideia de soberania, Pateman demonstra que o poder político nasce da institucionalização de uma desigualdade entre homens e mulheres, disfarçada sob a ficção da igualdade entre indivíduos livres. Enloe prolonga essa reflexão para o plano global, revelando que as estruturas internacionais reproduzem o mesmo pacto sexual, agora entre Estados, impérios e economias, em que o trabalho feminino continua sendo condição silenciosa da política e da guerra.

O episódio em que a socióloga Janja Lula da Silva foi ridicularizada nas redes sociais e em parte da imprensa, após dirigir algumas palavras ao presidente chinês Xi Jinping durante a visita oficial de 2023, revela a persistência de mecanismos que restringem a atuação pública de mulheres no campo internacional. As reações misóginas mobilizadas naquele momento não dizem respeito ao conteúdo de sua fala, mas ao próprio gesto de ocupar um espaço protocolar historicamente masculinizado. Trata-se de uma dinâmica que atualiza, no plano da diplomacia contemporânea, aquilo que Carole Pateman (1988) denominou de “contrato sexual”, um pacto fundante que distribui autoridade política de forma generificada, definindo quem pode aparecer, falar e ser legitimado como sujeito autorizado nas arenas do poder.

Nessa direção, ao perguntar “*quem as Relações Internacionais escolhem lembrar*” (ENLOE, 2014, p. 7), Enloe desloca a questão da memória e da produção do conhecimento, o problema não é apenas a ausência das mulheres, mas os modos pelos quais o conhecimento legítimo foi produzido para manter essa ausência. A teórica feminista não está apenas cobrando a presença das mulheres na história, como se bastasse acrescentar nomes femininos ao cânone. Ela está questionando como o próprio campo produz o esquecimento, ou seja, quais critérios na hora de produzir (o que é considerado relevante, racional, político) determinam quem pode ser lembrado e quem é apagado. O ponto, portanto, não é “incluir as mulheres”, mas revisar as formas de ver, narrar e validar o mundo. Ou seja, o esquecimento é uma prática de poder, sustentada por uma epistemologia que associa masculinidade à racionalidade, objetividade e liderança, e feminilidade ao cuidado, à emoção e à irrelevância política.

Essa provocação é central para o presente estudo, que também interroga as formas de lembrar e esquecer inscritas nas narrativas de guerra e nas representações das mulheres combatentes ucranianas. Para desestabilizar esse olhar limitado, Enloe convida a leitora a exercitar a imaginação política e afetiva, a colocar-se no lugar daquelas cujas experiências raramente são consideradas parte da “*real politics*”. Mais do que excluídas, essas mulheres são frequentemente infantilizadas, tratadas como figuras sob tutela do Estado, dos militares ou da própria ordem internacional, cuja voz deve ser mediada, protegida ou silenciada. Como ela escreve:

Talvez você nunca tenha imaginado o que sentiria se fosse uma mulher fugindo de casa com seus filhos pequenos, escapando de um conflito violento entre tropas governamentais e rebeldes, cruzando uma fronteira nacional, armando uma tenda em um campo de refugiados lamacento e sendo tratada pelos trabalhadores humanitários como se você e as crianças que sustenta fossem indistinguíveis, ‘mulheres-e-crianças’. (ENLOE, 2014, p. 1)

Seguindo essa trilha crítica, J. Ann Tickner (1992) propõe uma reconstrução da teoria das Relações Internacionais a partir de uma ética do cuidado e da vulnerabilidade. Em *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*, a autora demonstra que os conceitos estruturantes da disciplina, poder, segurança, soberania, anarquia, foram formulados em analogia com ideais masculinos de proteção, racionalidade e dominação. Como afirma Tickner (1992, p. 58), “*a segurança tem sido entendida como o controle sobre os outros, e não como a interdependência entre as pessoas*”. Essa concepção dominante ignora que a segurança não é uma condição isolada, mas relacional, se uma mulher não está segura, tampouco o estão seus filhos, sua comunidade ou o próprio tecido social que sustenta a vida coletiva.

Ao privilegiar o poder militar e a soberania estatal, as Relações Internacionais desconsideram as formas de vulnerabilidade e cuidado que estruturam a segurança cotidiana, dimensões que as teorias feministas revelam como centrais para repensar o que realmente significa estar seguro. Essa concepção de segurança privilegia o Estado e as instituições militares, marginalizando as dimensões humanas e relacionais da vida cotidiana. Assim, o que é reconhecido como “seguro” coincide com o que é masculino e estatal, enquanto as experiências femininas e civis permanecem fora do quadro analítico. A crítica de Tickner desvela, portanto, o universalismo falso da teoria clássica, mostrando como ele se baseia em um sujeito masculino, branco e ocidental que se apresenta como neutro.

Mais recentemente, Laura Shepherd, ampliou essa crítica ao examinar as narrativas de guerra como dispositivos de gênero. Em *Gender, Violence and Popular Culture: Telling Stories* (2017), a autora argumenta que o discurso internacional não apenas descreve os conflitos, mas

produz roteiros de masculinidade e feminilidade que organizam o campo político. Esses “*scripts* de gênero da guerra” (SHEPHERD, 2017, p. 45) constroem homens como “guerreiros racionais” e “protetores” e mulheres como “vítimas vulneráveis” ou “heroínas excepcionais”. A potência da abordagem de Shepherd está em revelar o caráter performativo desses discursos, ao reiterarem papéis tradicionais, eles delimitam quem pode ser reconhecido como sujeito legítimo da guerra e da política internacional.

Nesse sentido, as mulheres combatentes tornam-se figuras de exceção, celebradas enquanto confirmam a regra da exclusão. No entanto, ao tornarem-se símbolo do extraordinário, elas também revelam a própria estrutura da norma, pois, no campo das Relações Internacionais, a exceção não está fora da regra, ela é o modo como a regra se manifesta. A visibilidade das combatentes, portanto, não dissolve o paradigma de gênero que as marginaliza, ao contrário, reafirma-o, mostrando que a inclusão feminina na guerra ocorre sob condições que preservam a hierarquia que as torna exceção.

No plano teórico, partimos da hipótese de que a hierarquia de gênero opera como princípio estruturante do sistema internacional, expectativas sobre masculinidades e feminilidades informam o “senso comum” das RI e moldam quem aparece como sujeito legítimo da guerra (SJOBERG, 2016; ENLOE, 2014; TICKNER, 1992). Em vez de tratar o gênero como variável residual, adotamos a leitura estrutural-feminista da “terceira imagem”, na qual o gênero organiza funções, posições e processos entre unidades políticas. Esse enquadramento é diretamente relevante à pesquisa, pois a atuação do *Invisible Battalion* como arquivo insurgente digital incide precisamente sobre o que a disciplina escolhe lembrar, registrando experiências de combatentes e desnaturalizando roteiros que mantêm mulheres na periferia da memória bélica.

Traduzindo essa discussão para o caso empírico, é possível observar como o gênero atravessa diferentes dimensões das Relações Internacionais. Em primeiro lugar, as identidades dos Estados e suas políticas de segurança são construídas a partir de códigos de gênero, espera-se que o Estado aja de forma viril, protetora e racional, o que ajuda a explicar por que as mulheres combatentes costumam ser tratadas como exceções ou “anomalias” nas narrativas oficiais (SJOBERG, 2012). Em segundo lugar, o que é reconhecido como capacidade e prestígio internacional está ligado a símbolos masculinos, força militar, honra, heroísmo, que definem quem pode ser visto como sujeito legítimo da guerra. Nesse ponto, as publicações e campanhas do *Invisible Battalion* questionam esses critérios, mostrando outras formas de coragem, competência e pertencimento. Por fim, no plano dos processos políticos, a competição entre

Estados privilegia a lógica da dominação e da militarização. Ao divulgar testemunhos e relatórios das combatentes, o coletivo propõe outras formas de poder baseadas na ação conjunta e na solidariedade, abrindo brechas em práticas que costumam naturalizar a exclusão das mulheres (SJOBERG, 2012; SHEPHERD, 2017).

Mais recentemente, Laura J. Shepherd (2010, 2017) aprofunda essa crítica ao mostrar que a política internacional deve ser compreendida como prática discursiva, isto é, como um campo em que a linguagem não apenas representa, mas produz realidades, identidades e exclusões. Como enfatiza a autora, “*a linguagem é o meio da política, bem como seu veículo, seu escudo e seu disfarce*” (SHEPHERD, 2010, p. 144). Essa perspectiva desloca o foco das ausências empíricas, a falta de mulheres nas instituições ou nos combates, para as condições discursivas que produzem tais ausências, revelando como os significados de “segurança”, “proteção” e “violência” são generificados e hierarquizados.

Nessa direção, Laura Sjoberg (2012) propõe compreender o gênero não como uma variável a ser adicionada à análise, mas como um princípio de ordenação do próprio sistema internacional. A hierarquia de gênero estrutura as funções das unidades (identidades estatais e suas políticas de segurança), a distribuição de capacidades (o que conta como poder e prestígio) e os processos políticos de interação (formas de dominação e militarização). Essa leitura, que dialoga diretamente com as formulações de Enloe e Tickner, fornece a base teórica para a análise do *Invisible Battalion*. Ao construir um *arquivo insurgente digital* que narra as experiências das combatentes ucranianas, o coletivo intervém nesse campo discursivo estruturado por gênero, redefinindo as fronteiras do visível e do dizível na guerra. Seu trabalho desafia os roteiros hegemônicos que restringem a agência feminina a papéis secundários e, ao mesmo tempo, evidencia que disputar a memória é disputar o próprio modo como a guerra, e o sujeito político, são concebidos nas Relações Internacionais.

2.2 Memória, arquivo e silenciamento

A crítica feminista se conecta diretamente ao debate sobre memória e arquivo, uma vez que ambos os campos partilham o interesse em compreender quem fala, o que se lembra e quem é autorizado a registrar o passado. Como observa Paul Ricoeur (2007), toda memória é um ato de seleção, e todo esquecimento é, ao mesmo tempo, uma forma de inscrição. A construção do passado nunca é neutra, implica disputas entre lembranças legítimas e lembranças interditadas. A “história oficial”, portanto, não reflete simplesmente o que ocorreu,

mas o resultado de processos de filtragem que determinam quais experiências merecem ser narradas e quais serão relegadas ao silêncio. No contexto das guerras, isso significa que as memórias femininas, de combatentes, enfermeiras, mensageiras ou viúvas, foram sistematicamente marginalizadas, consolidando um cânone histórico e político em que a agência é masculina e o testemunho feminino aparece como exceção.

Elizabeth Jelin (2002) aprofunda esse argumento ao compreender a memória como um campo de disputa política e moral, no qual diferentes grupos lutam pela autoridade de narrar o passado. Lembrar e esquecer são, para ela, atos sociais e coletivos, atravessados por instituições, afetos e regimes de poder. Nessa perspectiva, o silêncio não significa que não haja fala, mas que certas vozes foram caladas ou deixaram de ser compreendidas dentro de um sistema que decide o que pode ou não ser dito. É nesse ponto que a discussão de gênero adquire centralidade, o silêncio em torno das mulheres combatentes não resulta da falta de registros, mas da impossibilidade discursiva de reconhecê-las como sujeitos políticos legítimos.

O *Invisible Battalion*, ao registrar e difundir suas experiências no ambiente digital, atua na contramão dos mecanismos tradicionais de silenciamento ao constituir um contra-arquivo, uma prática de memória insurgente que desafia a autoridade estatal e militar sobre aquilo que merece ser lembrado. Essa estratégia, contudo, não está isenta de limites, grande parte dessa memória circula em plataformas privadas, regidas por lógicas corporativas e algoritmos opacos que condicionam visibilidade, permanência e até a própria existência dos registros produzidos. Apesar dessa vulnerabilidade estrutural, a interlocução do coletivo com organismos internacionais, especialmente junto à ONU e suas agências, amplia a circulação e o reconhecimento político dessas narrativas, permitindo que conteúdos inicialmente relegados às margens das redes sociais se projetem em arenas institucionais onde a disputa por memória e legitimidade assume outro peso.

Em *A guerra não tem rosto de mulher* (2016), Svetlana Aleksiévitch expõe essa fratura ao reunir os testemunhos de soviéticas que combateram na Segunda Guerra Mundial, atiradoras, enfermeiras, sapadoras (engenheiras de combate), francas atiradoras. Suas vozes, atravessadas pelo sangue, pelo medo e pela ternura, revelam um modo de narrar o conflito que desafia a gramática masculina da glória e da pátria. A obra mostra que as mulheres falaram, mas o mundo não soube escutá-las. Entre a lembrança e o esquecimento, o que se impôs foi um regime que só reconhece como “história” aquilo que pode ser dito no tom da vitória e da virilidade.

Por fim, Jacques Derrida (1995), acrescenta uma dimensão decisiva a essa reflexão ao conceber o arquivo como um lugar de poder e desejo. Arquivar é, para o filósofo, um ato

performativo que define não apenas o que será conservado, mas também o modo como o passado poderá ser interpretado no futuro. O “mal de arquivo” consiste justamente na tensão entre o impulso de preservar e a força de destruir, entre o desejo de memória e a pulsão de esquecimento. Todo arquivo é, portanto, incompleto e atravessado por relações de autoridade, arquivar é também exercer poder sobre a memória coletiva. À luz dessa concepção, o *Invisible Battalion* pode ser compreendido como um arquivo insurgente que, embora conteste as formas tradicionais de autoridade arquivística, opera dentro de condições materiais marcadas por tensões e vulnerabilidades. Por circular majoritariamente em plataformas privadas, o coletivo enfrenta os limites próprios de um contra-arquivo que habita infraestruturas não desenhadas para a preservação de narrativas subalternas. Nesse sentido, sua potência política convive com a precariedade do suporte técnico que o abriga, revelando o “mal de arquivo” derridiano: o esforço de conservar é atravessado pela ameaça constante de desaparecimento.

Além da dimensão política, a digitalização das práticas de memória traz novas implicações para a produção do conhecimento. Como observa Wendy Chun (2016), as redes digitais produzem uma memória instável e reconfigurável, na qual o esquecimento não é ausência, mas atualização constante. Já José van Dijck (2013) aponta que as plataformas de conectividade moldam o que é lembrado e o que desaparece, de acordo com lógicas algorítmicas e visuais. Essa transformação faz com que o arquivo insurgente do *Invisible Battalion* opere em um território ambivalente, ao mesmo tempo em que amplia a visibilidade das mulheres combatentes, ele se torna vulnerável à recodificação midiática, que pode reabsorver suas narrativas nos mesmos estereótipos que busca combater. A digitalização, portanto, intensifica a disputa entre memória e controle, transformando o ato de arquivar em gesto tecnopolítico.

Em síntese, pensar o *Invisible Battalion* a partir do entrelaçamento entre gênero, memória e arquivo permite compreender que lembrar é também um modo de resistir e de conhecer. O arquivo insurgente não se limita a conservar o passado, cria condições de visibilidade, reconhecibilidade e existência política. Ao desafiar o que foi silenciado, ele propõe uma outra economia de saber e poder, um terreno em que as mulheres não apenas figuram como objetos da história, mas como sujeitos de enunciação. É precisamente nesse ponto que o debate sobre memória se transforma em uma reflexão sobre epistemologias insurgentes, tema da próxima seção.

2.3 Epistemologias insurgentes

A luta do *Invisible Battalion* pela memória não é apenas uma reivindicação de visibilidade, é também uma disputa sobre quem pode produzir conhecimento sobre a guerra. Linda Tuhiwai Smith (1999) denuncia que a pesquisa científica, tal como estruturada pela modernidade colonial, não apenas observou o mundo, mas o organizou hierarquicamente, definindo quem podia falar e quem seria objeto de estudo. A ciência moderna, diz ela, “colecionou povos e saberes como artefatos” (p. 34), produzindo epistemicídios travestidos de neutralidade. Reescrever o conhecimento, portanto, exige um gesto ético e político, devolver a palavra aos sujeitos expropriados de fala, permitindo que suas narrativas deixem de ser dados e passem a ser inscrições de mundo. O *Invisible Battalion* realiza, nesse sentido, uma operação decolonial, suas combatentes não são mais imagens ou estatísticas, mas autoras de sua própria guerra, fazendo do testemunho um território de resistência cognitiva.

Na mesma direção crítica, Aníbal Quijano (2000) argumenta que a modernidade produziu uma “colonialidade do saber” que hierarquiza formas de conhecimento segundo padrões eurocentrados, convertendo saberes locais, indígenas e subalternos em não-saberes. Essa racionalidade pretende-se universal, mas opera pela exclusão, declara inexistentes os modos de conhecimento que não cabem em sua gramática epistemológica. Pensar a guerra, a memória e a produção de arquivos a partir dessa perspectiva implica reconhecer que disputas epistêmicas são também disputas políticas, e que certas vozes só se tornam audíveis quando desafiam os regimes que as produziram como ausentes. O que o *Invisible Battalion* desafia é precisamente a lógica que María Lugones (2008) identifica como colonialidade do gênero, um regime epistêmico que decide quem pode falar, quem pode ser reconhecido como sujeito e quais experiências entram no campo do “conhecimento válido”. Ao produzir um arquivo digital das vivências femininas na guerra, o coletivo rompe com esse circuito de apagamento e amplia o repertório cognitivo das Relações Internacionais, introduzindo formas de memória que são corporificadas, afetivas e insurgentes.

Essa insurgência não se limita à ação militar, é também epistêmica, trata-se de disputar o direito de narrar o conflito, deslocando o centro de enunciação para as mulheres que o vivenciam e recusando a ideia de que apenas instituições militares, Estados ou grandes mídias detêm autoridade para contar a história da guerra. Em diálogo com autoras como Linda Tuhiwai Smith (2012), é possível compreender essa prática como uma forma de “*reclaiming*”, uma retomada ativa da própria voz e da própria história contra os dispositivos de silenciamento que estruturaram a modernidade colonial.

Ao fazer da memória um gesto político, o *Invisible Battalion* transforma o arquivo em instrumento de reordenação simbólica. Essa prática abre espaço para que outras epistemologias localizadas, feministas, decoloniais, subalternas, ingressem na esfera pública do internacional, não como adições marginais, mas como modos legítimos de conhecer e interpretar o conflito. É nesse sentido que o arquivo produzido pelo coletivo se articula com debates mais amplos sobre justiça cognitiva, oferecendo não apenas registros, mas novas possibilidades de mundo.

2.4 Cultura digital e guerra

O último eixo teórico deste trabalho aborda a relação entre cultura digital e conflitos armados, tomando o ambiente das redes como extensão e reinvenção do campo de batalha. Zeynep Tufekci (2017) argumenta que o poder das mídias digitais não reside apenas na capacidade de conectar indivíduos, mas em reconfigurar a ecologia do protesto e da guerra. As redes criam novas formas de visibilidade política, instantâneas, virais e instáveis, nas quais o testemunho se converte em arma e em risco. O ato de postar, filmar ou compartilhar torna-se um gesto insurgente, capaz de mobilizar solidariedades transnacionais e de confrontar o monopólio estatal sobre a narrativa do conflito. Contudo, essa potência é sempre ambígua, as mesmas plataformas que amplificam vozes dissidentes também podem absorvê-las em lógicas de vigilância, consumo e espetáculo. Tufekci lembra que a internet não é um espaço neutro de liberação, mas um território onde algoritmos, corporações e governos disputam o controle da atenção e da memória.

No campo do ativismo feminista digital, Debra Schleef e Jessie Clark (2020) observam que as redes se tornaram laboratórios de subjetivação política, onde coletivos de mulheres e dissidências constroem identidades, alianças e narrativas próprias. O digital, nesse sentido, funciona como um espaço de contra-arquivo, um lugar de produção de presença e de contestação dos regimes de visibilidade patriarcais. Mas essa presença tem um preço, a exposição pública das ativistas as torna vulneráveis a ataques virtuais, à misoginia digital e à apropriação de suas pautas por discursos institucionais que neutralizam o dissenso. O caso do *Invisible Battalion* explicita essa tensão, ao usar plataformas como Instagram, Facebook e X, o coletivo transforma a rede em campo de batalha simbólico, onde cada imagem, legenda e hashtag disputa não apenas atenção, mas autoridade narrativa sobre a guerra.

O testemunho digital das combatentes ucranianas, portanto, não é mero registro, é uma performance de memória e resistência. Ele expõe o corpo feminino à visibilidade pública, algo historicamente negado às mulheres na guerra, e o reinscreve como sujeito político capaz de

enunciar. As redes sociais, nesse contexto, operam como arenas de tradução entre o íntimo e o global, entre a experiência vivida e o discurso público. O que está em jogo é mais do que a circulação de informação, trata-se de reconfigurar o próprio regime de verdade da guerra, deslocando-o das instituições militares e midiáticas para os espaços fluidos e insurgentes da cultura digital.

3 - HISTÓRIA DO *INVISIBLE BATTALION*

O surgimento do *Invisible Battalion* está ligado ao contexto político, militar e social da Ucrânia após 2014. A anexação da Crimeia pela Rússia e a eclosão do conflito no Donbass mobilizaram amplos setores da sociedade civil, que organizaram batalhões voluntários para apoiar as Forças Armadas. Nesse processo, muitas mulheres atuaram como médicas, motoristas, atiradoras, instrutoras de armas, oficiais de inteligência e, em vários casos, como combatentes de linha de frente. Apesar disso, a legislação militar ucraniana impedia que fossem oficialmente registradas em funções de combate, restringindo-as a cargos “auxiliares”, como cozinheiras, enfermeiras ou secretárias. Em documentos internos, combatentes que participavam diretamente dos confrontos apareciam classificadas como costureiras ou contadoras, o que apagava sua atuação efetiva e as privava de direitos militares básicos, como aposentadoria, benefícios de saúde e compensações em caso de ferimento ou morte. Esse descompasso entre participação real e reconhecimento oficial, somado ao silêncio do Estado e à marginalização midiática, levou um grupo de mulheres a articular uma rede para transformar a experiência vivida em plataforma de denúncia e reivindicação.

É nesse cenário que nasce, em 2015, o projeto de pesquisa *Invisible Battalion*, inicialmente concebido como um levantamento acadêmico e jornalístico sobre a participação feminina na guerra. Entrevistas com combatentes e dados coletados em campo resultaram no relatório *Invisible Battalion: Women’s Participation in Ukraine’s Security Sector (INVISIBLE BATTALION, 2019)*, produzido em parceria com organizações da sociedade civil e com apoio de agências das Nações Unidas, como a ONU Mulheres. O documento revelou a extensão da exclusão formal das mulheres, evidenciando a distância entre a legislação militar e o cotidiano da linha de frente, e teve repercussão nacional e internacional, sendo citado em relatórios e iniciativas sobre gênero e segurança na Ucrânia (UN WOMEN UKRAINE, 2016). A partir desse marco, o grupo ultrapassou os limites de um projeto de pesquisa e passou a atuar como coletivo político, combinando produção de conhecimento, *advocacy* e mobilização pública.

A agenda do *Invisible Battalion* se consolidou em torno de alguns eixos centrais, um deles é a luta por reconhecimento jurídico e institucional das mulheres como combatentes em igualdade com os homens, com acesso às mesmas funções militares e aos mesmos direitos. As campanhas do coletivo, ancoradas em dados do relatório de 2019 e em depoimentos de combatentes, contribuíram para reformas na legislação ucraniana que, a partir de 2018, ampliaram as possibilidades de participação feminina nas Forças Armadas. Outro eixo é a produção de memória e visibilidade, ao registrar testemunhos, imagens e estatísticas, o coletivo

busca inscrever as experiências das combatentes na história oficial do país e da comunidade internacional, disputando o lugar das mulheres como sujeitos da guerra e não apenas como figuras auxiliares ou vítimas (*INVISIBLE BATTALION*, 2022; 2023).

Ao articular denúncias internas, diálogo com o Estado ucraniano e cooperação com organismos multilaterais, o *Invisible Battalion* converteu-se em um movimento que atua simultaneamente no plano nacional e internacional. Os relatórios produzidos em parceria com a ONU e outras entidades, somados à presença constante nas redes sociais, fazem com que o coletivo opere como um arquivo insurgente digital, que documenta a participação das mulheres na guerra e pressiona por mudanças institucionais. Essa trajetória, registrada tanto em documentos oficiais quanto nas postagens do próprio grupo, constitui o pano de fundo histórico necessário para compreender as disputas de gênero e memória analisadas no capítulo seguinte.

4 - DISPUTAS DE MEMÓRIA E GÊNERO: ANÁLISE DAS NARRATIVAS DO *INVISIBLE BATTALION*

O exame do *Invisible Battalion* como arquivo insurgente digital exige uma metodologia capaz de apreender a dimensão discursiva de sua produção narrativa e as formas pelas quais suas combatentes constroem sentidos sobre si mesmas no ambiente digital. Como o coletivo atua prioritariamente por meio de suas postagens no Instagram, a análise aqui proposta concentra-se nesse material, entendendo-o como um espaço de inscrição identitária, performance política e disputa simbólica. Não se trata de uma análise midiática ou de um estudo sobre recepção, mas de uma leitura discursiva, nos termos da tradição francesa associada a Dominique Maingueneau (2005), em que o foco recai sobre a cena de enunciação, os modos de legitimação, a construção de ethos e a constituição dos lugares de fala a partir dos quais as combatentes narram a guerra.

Essa abordagem discursiva permite observar como o *Invisible Battalion* produz imagens, enunciados e formas de autorrepresentação que desestabilizam o repertório convencional das narrativas bélicas, geralmente estruturadas pela oposição entre vítimas e heróis. Interessa compreender de que modo as combatentes ucranianas se apresentam, como se posicionam, que linguagens mobilizam, que regimes de visibilidade acionam e quais *ethos* se tornam possíveis a partir dessa enunciação. Para essa análise, foram selecionadas 55 postagens do perfil oficial do *Invisible Battalion* no Instagram, escolhidas por sua relevância para a construção do ethos das combatentes e para a compreensão dos modos como o coletivo disputa regimes de visibilidade no contexto da guerra.

A escolha por concentrar a análise nas postagens do Instagram decorre tanto da centralidade dessa plataforma nas estratégias de visibilidade do coletivo quanto das próprias características do ambiente digital. As publicações, compostas por fotografias, legendas, vídeos curtos e hashtags, funcionam como microcenários enunciativos nas quais o sujeito discursivo “combatente ucraniana” se apresenta e se legitima. Essa inscrição é sempre situada, marcada pelas condições materiais da guerra, pelas urgências políticas do momento e pelos limites inerentes a uma plataforma privada, cujos algoritmos, normas de moderação e lógicas de visibilidade condicionam a circulação das narrativas. A análise, portanto, busca compreender como o *ethos* da combatente é construído dentro dessas condições, negociando simultaneamente agência, vulnerabilidade, coragem e quotidianidade.

Nesse percurso, a pesquisa não pretende quantificar postagens ou estabelecer categorias rígidas de classificação, mas captar os movimentos discursivos que estruturam a presença

pública das combatentes no ambiente digital. A etnografia digital, inspirada na compreensão de Christine Hine (2000) sobre o online como campo social, orienta o trabalho de observação contínua das postagens, das temporalidades de circulação e das formas de autoinscrição do coletivo. Ao mesmo tempo, as ferramentas conceituais de Maingueneau (2005) permitem examinar o modo como o discurso se organiza em torno de cenas englobantes: a guerra, a resistência, a proteção da pátria; e cenas específicas: a trincheira, o cotidiano militar, os treinamentos, as campanhas de denúncia. Nesses espaços, o *ethos* não é apenas descrito, mas performado.

Encerrada a apresentação dos procedimentos metodológicos, passamos agora à análise das narrativas produzidas pelo *Invisible Battalion*, examinando como suas combatentes performam a guerra, constroem memória e disputam o lugar das mulheres no repertório simbólico das Relações Internacionais.

4.1 Cenas de enunciação da guerra: o *ethos* das combatentes nas postagens do *Invisible Battalion*

As publicações do *Invisible Battalion* conformam um modo particular de dizer a guerra, no qual o corpo das combatentes, os dados sobre desigualdade e as peças de *advocacy* operam conjuntamente para produzir sentidos sobre quem essas mulheres são e o que significa lutar na Ucrânia. As fotografias das combatentes fardadas não funcionam apenas como registro, mas constroem uma cena de enunciação em que o corpo feminino aparece legitimado como agente bélico, deslocando uma história visual que, por décadas, associou mulheres à retaguarda, ao cuidado e à vulnerabilidade. Nessas imagens, o uniforme, o modo de portar o corpo, o olhar para a câmera ou para o horizonte e a materialidade da trincheira compõem um ethos de competência e responsabilidade militar, um ethos até então reservado aos homens.

Os infográficos que sintetizam dados sobre participação feminina, funções proibidas e índices de ferimentos e mortes operam outro movimento discursivo, produzidos em linguagem clara e institucional, instauram uma forma de contra-arquivo que expõe assimetrias invisíveis nos relatórios oficiais. A partir dessa materialidade gráfica, o coletivo reivindica autoridade epistêmica, apresentando-se não apenas como sujeito da guerra, mas como sujeito capaz de produzir diagnósticos sobre suas condições de existência. Já os *cards* de denúncia e *advocacy* ampliam essa disputa, tensionando diretamente o campo institucional. Ao condensarem reivindicações por direitos militares, igualdade jurídica e reconhecimento público, essas peças performam uma cena englobante na qual a guerra não é apenas combate, mas também

negociação, exposição pública e disputa política. Assim, o Instagram torna-se espaço de intervenção, no qual as combatentes articulam uma memória situada, insurgente e profundamente marcada pelas condições materiais e simbólicas da guerra.

Tomadas em conjunto, essas três materialidades: o corpo fardado, o dado estatístico e a reivindicação explícita, delineiam os contornos de um *ethos* coletivo que recusa os roteiros tradicionais da “vítima” ou da “heroína excepcional”. O que emerge é uma figura discursiva mais complexa, que combina agência, vulnerabilidade, competência técnica e consciência política, reorganizando as possibilidades de enunciação das mulheres na guerra. Para desenvolver a análise, selecionamos algumas imagens das postagens do *Invisible Battalion* que serão apresentadas ao longo do texto, cada uma delas será examinada individualmente, com atenção às formas de autorrepresentação das combatentes, aos elementos visuais e textuais que compõem a cena e aos sentidos que produzem sobre a presença feminina na guerra.

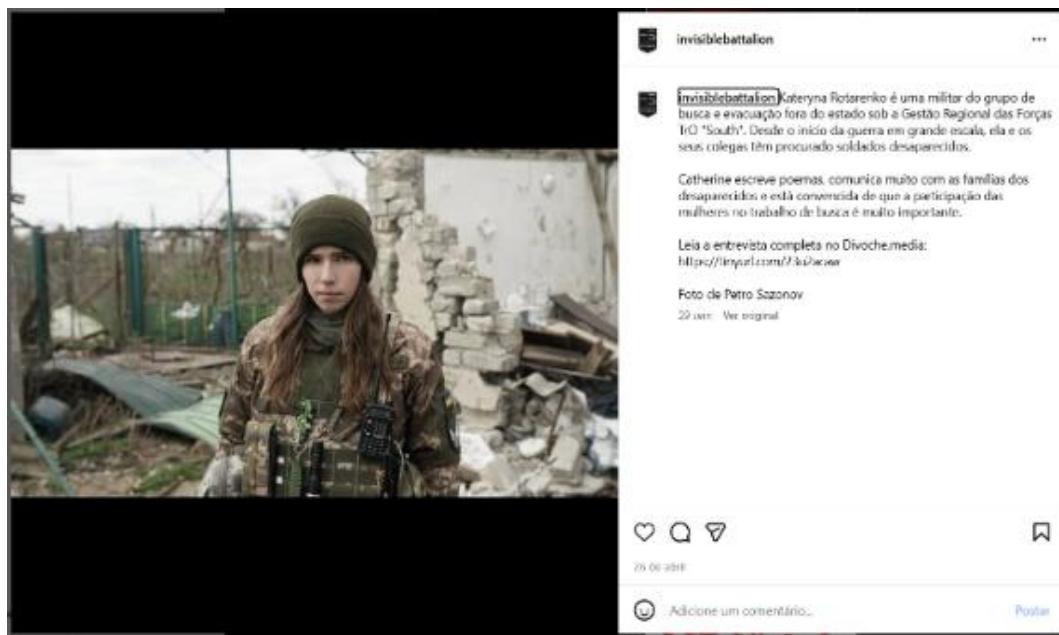


Imagen 1. *INVISIBLE BATTALION*. Postagem no Instagram. 2025. Disponível em:

<https://www.instagram.com/invisiblebattalion/> Acesso em: 19 nov. 2025.

O *ethos* que se configura na imagem 1 não é o da “heroína excepcional” que confirma a norma, nem o da “vítima” cuja presença só se legitima pela vulnerabilidade. A combatente aparece como agente ordinário da guerra, uma figura que performa responsabilidade, autocontrole e pertencimento. Essa normalização do corpo feminino na linha de frente é, por si só, um gesto político, rompe com a narrativa que, historicamente, situou mulheres no campo

afetivo ou nos bastidores logísticos do conflito. O que se vê é a produção de uma nova posição de sujeito, uma mulher que não precisa justificar sua presença na guerra, porque ela é apresentada como parte constitutiva do que a guerra é. Há, também, um trabalho discursivo que articula intimidade e oficialidade, a legenda fornecida pelo próprio coletivo inscreve a combatente em um universo afetivo, ela escreve poemas, se comunica com famílias de desaparecidos, sem que isso comprometa o *ethos* militar⁶. Essa sobreposição desestabiliza a velha dicotomia entre “razão bélica masculina” e “emoção feminina”, evidenciando o que Laura Sjoberg (2013) chama de complexidade ética do sujeito guerreiro, não se trata de opor dureza e afeto, mas de reconhecer que ambos compõem a prática de guerra e que o apagamento dessa complexidade é parte do dispositivo de gênero que organiza o militarismo.



Imagen 2 *INVISIBLE BATTALION*. Postagem no Instagram. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DAThVJ0tpKw/?img_index=1 Acesso em: 19 nov. 2025.

A imagem 2 é referente ao assédio sexual nas Forças Armadas e introduz uma ruptura direta no regime de visibilidade da guerra. O enunciado, “assédio sexual no Exército não é exceção, é um problema sistêmico” (*INVISIBLE BATTALION*: IMAGEM 2, 2024) organiza uma cena de enunciação que desloca o foco da heroização militar para a materialidade estrutural

⁶ Postagem do perfil @invisiblebattalion no Instagram. Fotografia de Kateryna Ristorenko em atividade de busca e evacuação sob a Gestão Regional das Forças do “South”. Legenda original: “Kateryna Ristorenko é uma militar do grupo de busca e evacuação (...). Catherine escreve poemas, comunica muito com as famílias dos desaparecidos e está convencida de que a participação das mulheres no trabalho de busca é muito importante”. Acesso em: 25 nov. 2025.

da violência de gênero dentro das instituições armadas. Aqui, a combatente não aparece apenas como agente bélico, mas como sujeito epistêmico que denuncia práticas naturalizadas e protegidas pelo silêncio institucional. Esse tipo de declaração inscreve o coletivo em um regime discursivo que, conforme Maingueneau, revela um *ethos* específico de franqueza política, que legitima sua fala a partir da posição encarnada no cotidiano da guerra. O sujeito discursivo que fala não é um observador externo, mas alguém que vive o campo militar e pode revelar seus bastidores, produzindo o que Enloe (1989) chama de *desfamiliarização*, tornar visível aquilo que a ordem militar prefere manter oculto.

Do ponto de vista da crítica feminista às Relações Internacionais, a postagem opera um gesto que vai além da denúncia: ele expõe que a segurança, conceito-chave do campo, é construída sobre a exclusão e vulnerabilidade de certos corpos. Tickner (1992) argumenta que os paradigmas de segurança do Estado dependem de uma masculinidade institucional que se apresenta como racional, protetora e estável. O enunciado do *Invisible Battalion* desmantela essa ficção, ao mostrar que a própria instituição que se pretende protetora produz insegurança cotidiana para as mulheres que dela fazem parte.

Ao afirmar que muitas combatentes temem denunciar por risco de perder posição ou de serem enviadas para tarefas perigosas, a postagem evidencia o que Sjoberg (2013) denomina de “hierarquia de gênero operacional”: a violência sexual se converte em mecanismo disciplinar que organiza relações de poder dentro das Forças Armadas. Não é apenas violência, é política. Shepherd (2008) acrescenta que os discursos que estruturam a guerra produzem papéis de gênero, a postagem combate essa produção ao rejeitar o silêncio e a neutralização da violência sexual como “acidente” individual. Ele a reinscreve como sintoma de uma arquitetura institucional masculinizada.

Por fim, no plano arquivístico, a postagem constitui um contra-arquivo no sentido derridiano. Ao publicar denúncias de assédio em uma plataforma pública, o coletivo arquiva aquilo que o Estado se recusa a registrar. A afirmação final, “*o silêncio protege os agressores, não o Exército*”(INVISIBLE BATTALION: IMAGEM 2, 2024) funciona como chave interpretativa: arquivar é tornar o silêncio impossível. O *Invisible Battalion* assume o papel de registrar uma memória que a instituição militar tenta expurgar. Assim, a imagem não apenas denuncia, mas reformula as condições de enunciação sobre a guerra, mostrando que o combate não ocorre apenas no front externo, mas também no cotidiano das relações de poder internas ao aparato militar. Essa operação discursiva se articula com o objetivo central da pesquisa da aluna: demonstrar que a narrativa digital do *Invisible Battalion* intervém criticamente nos regimes de

memória, segurança e visibilidade do campo internacional, deslocando o lugar de fala das mulheres combatentes e ampliando os contornos possíveis do que a guerra pode ser e de quem pode contá-la.

A imagem 3 produzida pelo *Invisible Battalion* opera como um gesto discursivo de desestabilização da narrativa estatal sobre a participação das mulheres no Exército ucraniano, instaurando aquilo que Maingueneau (1991) denomina uma cena de enunciação que reivindica autoridade epistêmica a partir da própria experiência subalterna. Os dados apresentados: “menos de 1% das funções de combate eram ocupadas por mulheres em 2008 e 2010” e “as mulheres eram oficialmente registradas apenas em posições administrativas, médicas ou de apoio” (INVISIBLE BATTALION: IMAGEM 3, 2025), revelam, de maneira condensada, a materialidade da barreira institucional que sustentava o apagamento das combatentes.

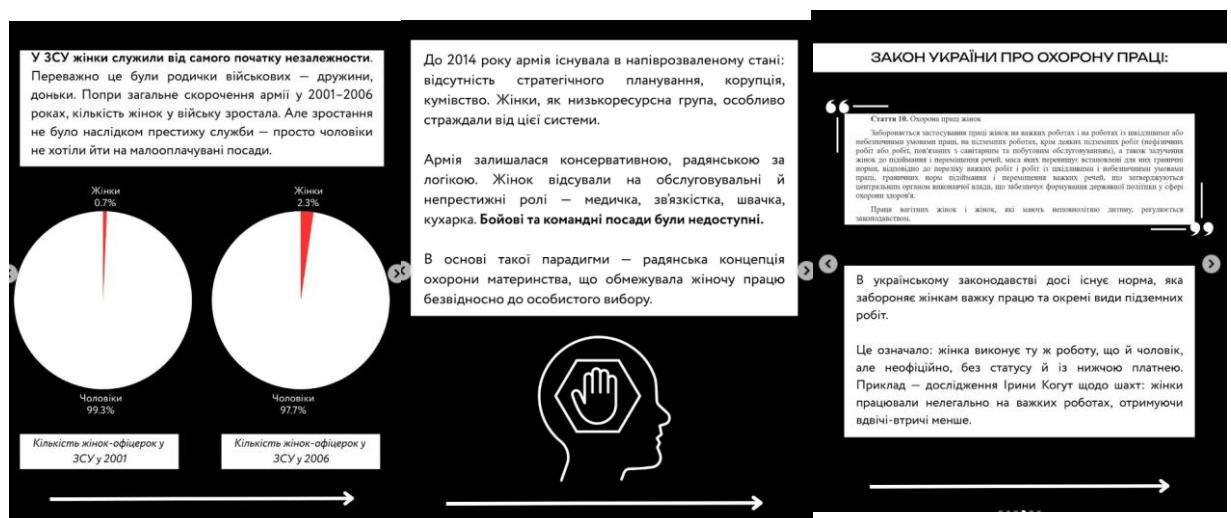


Imagen 3. INVISIBLE BATTALION. Postagem no Instagram. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DJESoHztbbV/?img_index=1. Acesso em: 17 nov. 2025.

A parte central do infográfico explicita que, “antes de 2014, o Exército vivia em um estado semi-paralisado: corrupção, falta de planejamento estratégico e ausência de quadros femininos em posições de comando”(INVISIBLE BATTALION: IMAGEM 3, 2025), apontando não apenas a desigualdade, mas sua historicidade política. Ao traduzir visualmente esse hiato entre participação real e reconhecimento formal, o coletivo performa um contraarquivo no sentido derridiano, expõe o que o Estado não registra e reinscreve como visível

aquilo que as instituições insistiram em manter fora do campo do dizível. Essa operação está em linha com a crítica feminista às Relações Internacionais, para Enloe, o apagamento das mulheres na guerra não é acidental, mas estrutural, as instituições produzem o esquecimento como técnica de ordem.

O infográfico confirma esse mecanismo ao mostrar que a exclusão não se dava apenas no nível simbólico, mas na própria normatividade jurídica: “*as leis ucranianas de proteção ao trabalho impediam que mulheres fossem designadas para posições consideradas perigosas, independentemente de sua escolha*” (INVISIBLE BATTALION: IMAGEM 2, 2025). Esse trecho traduzido do infográfico evidencia como o Estado mobilizava discursos de proteção, frequentemente associados ao feminino, para restringir sua autonomia militar, reiterando o que Tickner (1992) identifica como a ligação entre segurança e masculinidade. Ao mesmo tempo, o gesto gráfico do Invisible Battalion desarticula esse regime discursivo: ao apresentar números, linhas do tempo e trechos normativos, o coletivo se posiciona como sujeito autorizado a interpretar o próprio conflito, recusando tanto o lugar de vítima quanto o de exceção heroica. A visualidade limpa, institucional, organizada em blocos e vetores, reforça esse *ethos*, não se trata de um apelo emocional, mas de uma tomada de palavra competente, que transforma dados em insurgência cognitiva. Assim, o infográfico não apenas informa, ele disputa, e, ao fazê-lo, reordena o espaço discursivo onde a guerra e o gênero podem ser enunciados.



Imagen 4. *INVISIBLE BATTALION*. Postagem no Instagram. 2025. Disponível em:<https://www.instagram.com/invisiblebattalion/> Acesso em: 17 nov. 2025.

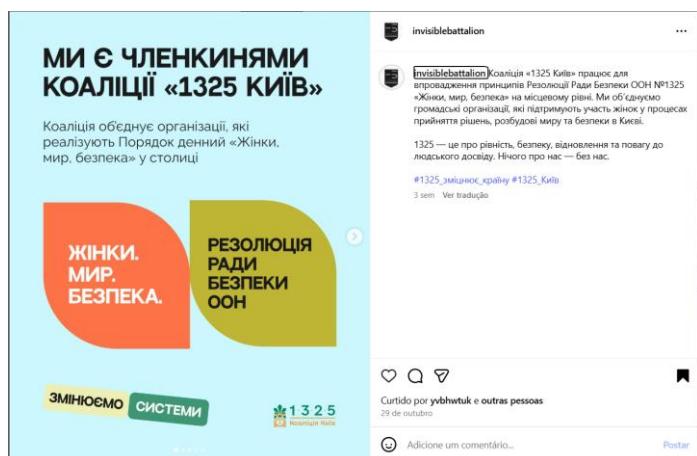
A imagem que apresenta Olena Ivanenko, conhecida como “Ryzh”, sentada em um salão de manicure enquanto afirma: “eu sei que em três dias minhas unhas estarão sujas de novo, mas olhar para unhas limpas por um dia me dá tanto alívio e prazer” (*INVISIBLE BATTALION: IMAGEM 4, 2025*) produz um deslocamento decisivo dos roteiros de gênero que estruturam a narrativa bélica tradicional. Em vez da figura da combatente endurecida, permanentemente imersa na lógica do sacrifício e da excepcionalidade heroica, a cena inscreve uma dimensão íntima e cotidiana, o cuidado com as unhas, como parte constitutiva do ethos da soldada. Esse gesto aparentemente banal opera, na chave de Maingueneau, como uma cena enunciativa secundária que reconfigura o imaginário sobre o que significa “ser mulher em guerra”. A manicure não é apresentada como vaidade superficial, mas como espaço de recuperação sensorial, um microterritório de descanso e afirmação de si.

Ao verbalizar que o prazer de ver as unhas limpas dura apenas um dia, Ryzh revela uma consciência aguda sobre a materialidade da guerra e seus efeitos no corpo, sujeira, desgaste, interrupção constante do tempo próprio. Essa fricção entre o efêmero e o necessário produz um *ethos* que combina vulnerabilidade e agência, a combatente reconhece a precariedade de seu cotidiano, mas reivindica um momento de cuidado não como fuga, e sim como estratégia de sustentação subjetiva. Em outras palavras, a cena desloca a dicotomia vítima/heroína ao mostrar que a subjetividade feminina na guerra não é definida pela tragédia nem pelo heroísmo, mas pela negociação diária entre exaustão e recomposição.

Essa autorrepresentação também tensiona o imaginário patriarcal que associa o cuidado à feminilidade passiva. Aqui, o cuidado aparece como tecnologia de resistência, uma prática que reorienta o corpo para seguir lutando. O salão de beleza, espaço historicamente marcado como feminino, leve, doméstico, surge como contracampo à destruição, funcionando discursivamente como heterotopia no sentido foucaultiano, um lugar outro, onde temporalidades e identidades se rearranjam. Na formulação feminista, essa cena inscreve o afeto e o cuidado como dimensões políticas, fazendo emergir uma combatente que age, luta, sofre, mas também se preserva. Trata-se de uma presença que rompe a lógica militar de apagamento do corpo, produzindo uma estética de guerra que admite o prazer e o descanso como componentes legítimos da resistência.

Assim, ao trazer a manicure como parte da narrativa de guerra, o *Invisible Battalion* expande o repertório epistemológico do conflito, permitindo que práticas cotidianas geralmente consideradas irrelevantes ganhem estatuto de acontecimento político. A imagem, ao lado do enunciado, compõe uma cena discursiva que afirma: a guerra não suspende a vida; ela a atravessa. E é justamente nesse atravessamento que se produz um ethos insurgente, no qual o corpo feminino não é apenas instrumento militar, mas também território sensível que negocia continuamente sua própria permanência.

Na imagem 5 da Coalizão “1325 Kyiv”, o *Invisible Battalion* desloca o foco da trincheira para o terreno institucional da agenda “Mulheres, Paz e Segurança”. Ao afirmar que integra uma coalizão de organizações responsáveis por implementar, em Kyiv, os princípios da Resolução 1325⁷ do Conselho de Segurança da ONU e ao condensar o slogan “mulheres, paz, segurança” no centro do *card*, o coletivo se inscreve explicitamente no vocabulário normativo das Relações Internacionais. Não se trata apenas de dizer que há mulheres na guerra, mas de reivindicar que elas sejam reconhecidas como sujeitas de decisão em matéria de paz, segurança e reconstrução. Nesse gesto, o *Invisible Battalion* opera aquilo que Enloe (1989) e Tickner (1992) descrevem como deslocamento do “*backstage*” para o palco principal da política internacional: as combatentes deixam de aparecer apenas como corpos que lutam ou sofrem e passam a figurar como ator coletivo que fala a língua do direito internacional, dialoga com a ONU e se apresenta como parceira legítima na governança da segurança.



⁷ A Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada em 31 de outubro de 2000, é o marco fundador da agenda Mulheres, Paz e Segurança (WPS). A resolução reconhece formalmente que conflitos armados afetam mulheres e homens de maneiras diferentes e que a participação das mulheres é essencial para a paz e a segurança internacionais.

Imagen 5. *INVISIBLE BATTALION*. Postagem no Instagram. 2025. Disponível em:https://www.instagram.com/p/DQZDThipXn/?img_index=1. Acesso em: 17 nov. 2025.

Ao mesmo tempo, o *card* torna visível a tensão entre arquivo insurgente e institucionalização. Ao utilizar a gramática visual de campanhas multilaterais, blocos de cor planos, tipografia limpa, menção explícita à Resolução 1325 e à ideia de “mudar o sistema”, o coletivo arquiva digitalmente sua própria vinculação à agenda onusiana, produzindo uma espécie de auto-registro oficial em ambiente de rede. A memória insurgente das combatentes se ancora, aqui, em um enquadramento que é ao mesmo tempo feminista e profundamente marcado pelos limites da segurança liberal, a promessa de igualdade e dignidade (“nada sobre nós sem nós”) convive com o risco de que suas experiências sejam traduzidas em categorias administráveis pelo sistema internacional que as marginalizou. Do ponto de vista da teoria do discurso e da crítica feminista às RI, essa imagem materializa esse duplo movimento: ao mesmo tempo em que rompe a exclusão das mulheres dos espaços de decisão sobre guerra e paz, reinscreve sua luta em um campo regulado por instituições e plataformas privadas, lembrando que todo contra-arquivo, para ganhar eficácia política, negocia permanentemente com os regimes de visibilidade que procura contestar.

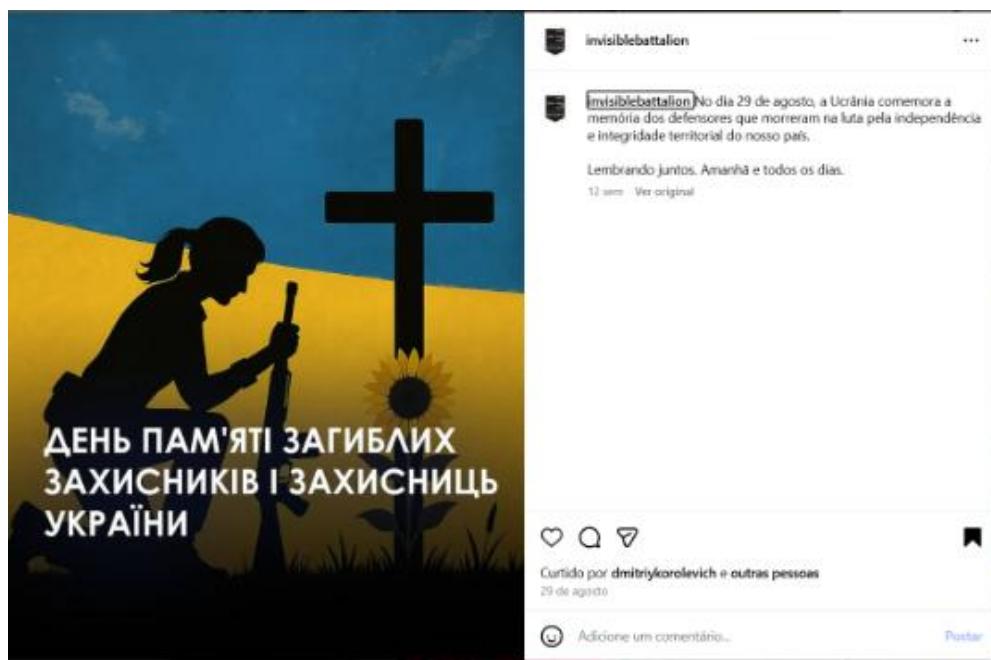


Imagen 6. *INVISIBLE BATTALION*. Postagem no Instagram. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DN7vQRajAK5/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

Na imagem 6 também vinculada à *Coalizão 1325 Kyiv* reinscreve o Invisible Battalion em uma cena de enunciação que ultrapassa a trincheira e se desloca para o plano da governança internacional da segurança. O enunciado, “aumentar a representação das mulheres nos processos decisórios é condição para um sistema eficaz de segurança” (*INVISIBLE BATTALION*: IMAGEM 6, 2025), traduz o vocabulário normativo da Resolução 1325 para um registro político-local, constituindo um ethos institucional que não se apoia no corpo fardado, mas na autoridade de formular diretrizes. Aqui, o coletivo performa o que Maingueneau chamaría de **cena englobante transformada**: ao mesmo tempo em que fala *desde* a experiência de combate, enuncia-se como ator legítimo na arquitetura de segurança do Estado.

Do ponto de vista feminista, Enloe (1989) e Tickner (1992) ajudam a iluminar o movimento: ao reivindicar entrada no “lugar onde decisões são tomadas”, o discurso não apenas denuncia a exclusão das mulheres, mas reconfigura o que conta como competência estratégica. A frase traduzida, “mulheres devem participar plenamente do desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas”, desmonta a presunção androcêntrica que associa racionalidade militar à masculinidade, deslocando o eixo clássico da segurança internacional. Esse enunciado opera também como uma forma de arquivo institucionalizado, tensionando o caráter insurgente do coletivo. Se nas imagens de combate o Invisible Battalion produz um contra-arquivo marcado pela experiência vivida e pela performatividade do corpo, aqui o arquivo se aproxima do léxico burocrático das Nações Unidas. Essa ambiguidade evidencia o risco apontado por Shepherd: ao falar a linguagem das instituições, coletivos feministas podem ver suas pautas traduzidas em categorias administráveis, neutralizando parte de sua força insurgente. Ainda assim, o gesto discursivo opera uma fissura: ele afirma que a guerra não é apenas o campo onde mulheres lutam, mas também o espaço onde decidem, e isso reordena as fronteiras do dizível no campo da segurança internacional.

A análise das imagens selecionadas revela que o Invisible Battalion não atua apenas como produtor de conteúdo digital, mas como um agente que intervém de modo direto nos regimes discursivos que estruturam o campo da segurança internacional. Cada material, o retrato da combatente na zona de destruição, o infográfico que expõe a desigualdade institucionalizada, a cena íntima de cuidado corporal e o card vinculado à Resolução 1325, configura uma modalidade distinta de enunciação, mas todas convergem para um mesmo efeito político, desestabilizar os roteiros de gênero que sustentam a narrativa hegemônica da guerra.

No interior do campo das Relações Internacionais, essas imagens operam precisamente onde a teoria feminista localiza as fissuras: nos modos como o “internacional” é representado, quem é autorizado a falar, o que conta como conhecimento válido e como os sujeitos são constituídos discursivamente. Assim, ao mesmo tempo em que produzem memória, as postagens funcionam como um laboratório de crítica epistemológica. Elas expõem a seletividade dos arquivos oficiais militares, estatais, jornalísticos, e demonstram que a guerra só se torna inteligível quando certos corpos aparecem, enquanto outros são sistematicamente elididos. O coletivo tensiona essa economia da visibilidade ao reinscrever o corpo feminino como sujeito bélico, epistêmico e político, deslocando o eixo tradicional entre público/privado, razão/emoção, excepcional/ordinário.

Essa operação responde diretamente aos objetivos traçados na introdução do trabalho. O primeiro objetivo, demonstrar como o gênero estrutura o campo da segurança, definindo o que pode ser dito e visto, é plenamente alcançado ao evidenciar como a visualidade do Invisible Battalion confronta o imaginário militar dominado por códigos masculinos de racionalidade, bravura e heroísmo. O segundo objetivo, compreender o coletivo como arquivo insurgente, também se confirma, na medida em que as imagens analisadas produzem aquilo que Derrida (1995) descreve como disputa sobre o poder de arquivar, não apenas conservar o que existiu, mas estabelecer as condições pelas quais o passado será interpretado. Já o terceiro objetivo, descrever como a cultura digital reconfigura práticas de memória e modos de enunciação política em contexto de guerra, encontra aqui seu maior rendimento analítico: as plataformas, mesmo com seus limites corporativos e algoritmos opacos, tornam-se arenas em que as combatentes performam identidades complexas, afirmam sua presença, negociam vulnerabilidades e produzem conhecimento que atravessa tanto a esfera doméstica quanto a internacional.

Ao final, o que emerge é um quadro analítico que permite compreender o Invisible Battalion como ator discursivo que fala a guerra desde dentro dela, produzindo uma narrativa que não romantiza a participação feminina, tampouco a reduz à lógica da vítima ou da heroína. O coletivo formula, em seus próprios termos, uma política de memória que amplia o repertório epistemológico das Relações Internacionais, mostrando que disputar a visibilidade é disputar também o sentido da guerra, da segurança e do internacional. A aluna, portanto, alcança o propósito central do trabalho, demonstrar que, quando mulheres combatentes produzem seus próprios arquivos, elas não apenas narram a guerra, elas transformam o próprio modo como o mundo comprehende o que a guerra é.

5 - CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender como o *Invisible Battalion*, coletivo de combatentes, ativistas e pesquisadoras ucranianas, se consolidou como um ator político central na disputa por memória, visibilidade e reconhecimento das mulheres em contextos de guerra. Partindo da pergunta de pesquisa, como o *Invisible Battalion* disputa as narrativas de guerra e memória histórica no campo das Relações Internacionais e quais efeitos essa produção digital tem sobre a visibilidade das mulheres combatentes?, buscou-se demonstrar que o coletivo constrói um arquivo insurgente digital, que desafia o silenciamento institucional e inscreve as experiências femininas como parte constitutiva da história da guerra contemporânea.

Do ponto de vista teórico, o trabalho confirma que a crítica feminista às Relações Internacionais é indispensável para revelar a seletividade histórica dos arquivos militares, estatais e midiáticos, evidenciando que guerras não são apenas eventos militares, mas processos de construção de narrativas sobre quem lutou, quem sofreu e quem merece ser lembrado. Amplia a crítica feminista ao mostrar que as mulheres não são apenas vítimas dos conflitos, mas sujeitos históricos que produzem arquivos insurgentes. Incorporar a memória às RI significa reconhecer que o poder não se exerce apenas no campo diplomático ou militar, mas também no registro e no esquecimento. O *Invisible Battalion* não é objeto passivo de estudo, mas ator que disputa significados nas arenas internacionais. Propõe a categoria de arquivo insurgente digital como ferramenta analítica para compreender como coletivos em contextos de guerra utilizam tecnologias digitais para resistir ao silenciamento. Essa noção articula memória, insurgência e cultura digital, oferecendo um aporte teórico relevante para estudos de gênero e guerra.

A análise evidenciou que a insurgência do *Invisible Battalion* opera em múltiplos registros discursivos: no corpo fardado que normaliza a presença feminina na linha de frente, no dado estatístico transformado em contestação institucional e na denúncia explícita que expõe a violência de gênero como parte estrutural da guerra. A combinação dessas materialidades configura um ethos coletivo que recusa enquadramentos dicotômicos, nem vítima, nem heroína excepcional, e afirma as combatentes como sujeitos políticos complexos, capazes de performar vulnerabilidade, técnica e afeto simultaneamente. Essa articulação se mostrou central para alcançar o segundo e o terceiro objetivos do trabalho, relacionados à compreensão do coletivo como arquivo insurgente e à reconfiguração das práticas de memória no ambiente digital.

A análise também demonstrou que a masculinização do campo da segurança, produzida por estruturas que definiram quem pode falar e quem deve permanecer invisível, permanece ativa, mas encontra resistência nas práticas insurgentes do coletivo. As combatentes, ao assumirem a produção de seu próprio arquivo, desafiam o pacto simbólico que tradicionalmente associa racionalidade, heroísmo e competência ao masculino, abrindo espaço para outras leituras sobre soberania, memória e agência. Metodologicamente, o trabalho demonstrou a utilidade de combinar etnografia digital e análise crítica do discurso em pesquisas sobre guerra e gênero. Essa combinação permitiu observar práticas narrativas em ambientes digitais, compreender estratégias de resistência discursiva e analisar a recepção internacional do arquivo insurgente.

Além disso, a abordagem mostrou os limites e desafios da pesquisa em contextos de guerra, como a volatilidade das redes sociais, as barreiras linguísticas e os riscos de apropriação institucional. Ao reconhecer esses limites, o estudo reforça a importância da reflexividade e da consciência crítica na produção de conhecimento feminista. Politicamente, o trabalho evidencia que o *Invisible Battalion* desempenha papel relevante ao tensionar as narrativas hegemônicas sobre a guerra na Ucrânia. Sua atuação contribuiu para reformas legais que ampliaram a participação feminina nas Forças Armadas, para o reconhecimento internacional da agenda de gênero e segurança e para a visibilidade das combatentes como sujeitos históricos. Contudo, o estudo também alerta para os riscos da instrumentalização. Ao serem apropriadas pela mídia ou por organismos multilaterais, as narrativas insurgentes podem ser suavizadas e traduzidas em categorias que reforçam o status quo, como empoderamento ou resiliência, sem questionar as bases estruturais da desigualdade. A insurgência, nesse sentido, é sempre parcial e vulnerável à captura, mas permanece necessária como prática de resistência.

Sendo assim, a pesquisa abre espaço para investigações futuras em duas direções principais. Em primeiro lugar, seria relevante realizar comparações com outros coletivos de mulheres combatentes em diferentes contextos, como as curdas do YPJ na Síria ou movimentos insurgentes na América Latina, para compreender como diferentes arquivos insurgentes digitais disputam memória em escala transnacional. Em segundo lugar, estudos de longo prazo poderiam examinar o impacto do *Invisible Battalion* na historiografia ucraniana e internacional, avaliando se sua insurgência digital se consolidará como memória oficial ou se será novamente marginalizada.

O *Invisible Battalion* mostra que as guerras contemporâneas não se travam apenas em campos de batalha, mas também em arenas discursivas e digitais. A disputa por memória e

visibilidade é parte constitutiva dos conflitos, e as mulheres combatentes, ao inscreverem suas vozes em arquivos insurgentes, desafiam séculos de silenciamento.

Por fim, os resultados do trabalho reiteram que analisar a guerra a partir da produção digital das mulheres combatentes revela dimensões que frequentemente escapam aos modelos tradicionais das Relações Internacionais. O *Invisible Battalion* mostra que disputar memória é disputar política; que produzir arquivo é reivindicar futuro e que ocupar o espaço digital é, hoje, uma forma de insurgência. Ao reinscrever suas experiências na história da guerra contemporânea, as combatentes transformam não apenas a narrativa sobre a Ucrânia, mas também o modo como o campo das RI comprehende a relação entre gênero, poder e legitimidade internacional. Assim, a pesquisa confirma seu propósito central: evidenciar que, quando mulheres produzem seus próprios arquivos, elas não apenas narram a guerra. elas alteram o que a guerra pode significar. O *Invisible Battalion* não apenas documenta experiências, mas reconfigura a própria disciplina das Relações Internacionais, ao obrigá-la a reconhecer as mulheres como sujeitos políticos e históricos da guerra. Sua insurgência digital, ainda que vulnerável a apropriações seletivas, representa uma contribuição fundamental para repensar o papel do gênero na política internacional.

A guerra não se limita ao campo físico da violência, mas se estende às arenas simbólicas em que narrativas são construídas, apagadas ou disputadas. A investigação mostrou que, ao inserir suas experiências nas redes sociais e em materiais institucionais, o coletivo não apenas denuncia desigualdades, mas formula novas inteligibilidades sobre gênero e conflito armado.

REFERÊNCIA

- Aleksiévitch, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- Caswell, Michelle. “Toward a Survivor-Centered Approach to Records Documenting Human Rights Abuse: Lessons from Community Archives.” *Archival Science*, v. 14, n. 3-4, p. 307-322, 2014.
- Cohn, Carol. *Women and Wars*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- Daily Mail. *Kurdish fighter dubbed the ‘Kurdish Angelina Jolie’ killed in battle against ISIS*. Londres, 2016. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk>. Acesso em: 20 out. 2025.
- Derrida, Jacques. *Mal d'archive: une impression freudienne*. Paris: Galilée, 1995.
- Enloe, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press, 1989.
- Enloe, Cynthia. *The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- Enloe, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2014.
- Harris, Verne. “The Archival Sliver: Power, Memory, and the Archive in Post-Apartheid South Africa.” In: Hamilton, Carolyn et al. (org.). *Refiguring the Archive*. Johannesburg: Wits University Press, 2017. p. 63-79.
- Hine, Christine. *Virtual Ethnography*. London: SAGE, 2000.
- Hine, Christine. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. London: Bloomsbury Academic, 2015.
- Invisible Battalion. *Invisible Battalion Report 2015: Women’s Participation in the Armed Forces of Ukraine*. Kyiv: Ukrainian Women’s Fund / UN Women Ukraine, 2015.
- Jelin, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002
- Maingueneau, Dominique. *Análise de texto e discurso: uma introdução às práticas de análise do discurso*. Tradução de Cecilia Ponciano. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- Pateman, Carole. *The Sexual Contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- Santos, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 95-123

Scheleef, Debra; Clark, Jessie. "Feminist Digital Activism and the Politics of Visibility." *Feminist Media Studies*, v. 20, n. 8, p. 1157-1174, 2020.

Shepherd, Laura J. *Gender, Violence and Popular Culture: Telling Stories*. 2. ed. New York: Routledge, 2017, p. 45

Shepherd, Laura J. *Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to International Relations*. New York: Routledge, 2010. -SHEPHERD, 2010, p. 144

Sjoberg, Laura. *Gendering Global Conflict: Toward a Feminist Theory of War*. New York: Columbia University Press, 2013

Smith, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. London: Zed Books, 1999.

Sylvester, Christine. *Feminist International Relations: An Unfinished Journey*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Tickner, J. Ann. *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. New York: Columbia University Press, 1992.

Tufekci, Zeynep. *Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest*. New Haven: Yale University Press, 2017.

Van Dijck, José. *The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media*. Oxford: Oxford University Press, 2013.